



## FUP cobra negociação de fato sobre Plano de Cargos



A segunda reunião da Comissão de Negociação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Sistema Petrobrás, aconteceu em 9 de julho, quando os representantes da FUP cobraram da empresa um posicionamento sobre os pontos mais sensíveis para os trabalhadores nessa negociação, como, por exemplo, o avanço de nível a cada 12, 18 e 24 meses.

Até o momento, os representantes da empresa não responderam a nenhuma das reivindicações e considerações feitas pelas entidades sindicais. A FUP cobrou o adiantamento do calendário das próximas reuniões da comissão de negociação, de forma a tornar mais efetivo e objetivo o debate.

Como se não bastasse, a Petrobrás anunciou os critérios adotados no processo em curso de avanço de nível, com o destino de apenas 12% da verba para o PCAC, reforçando a discriminação que a gestão faz entre os dois planos. A FUP criticou duramente a empresa por manter a mesma lógica do passado, ao continuar discriminando quem ficou no PCAC, o que aumenta ainda mais as desigualdades entre os trabalhadores.

As entidades sindicais cobram isonomia do percentual de verba para os dois planos. Na proposta unitária apresentada pelas duas federações, um dos pontos diz respeito justamente à equiparação para garantir a isonomia entre os trabalha-

dores do PCAC e do PCR e a reparação para quem teve perdas após a imposição de dois planos. A assessoria do Dieese da FUP lembrou que o PCR faz parte de um pacote de modelo de empresa enxuta (resultado das privatizações), focada na individualidade (e não no coletivo), centralizadora e que não negociava com os trabalhadores.

A proposta unitária construída pela FUP e pela FNP tem entre suas principais premissas que as metas e as avaliações sejam construídas de forma coletiva e participativa, ou seja, envolvendo os empregados e não de cima para baixo. Além de um plano unitário, negociado e regido coletivamente, a FUP e a FNP defendem que ele

promova equidade e diversidade, valorize e retenha os trabalhadores, repare as distorções causadas pela imposição de dois planos desiguais e que garanta transparência e gestão participativa.

“O que está posto na negociação do plano de cargos do Sistema Petrobrás é a disputa do orçamento da empresa. Hoje um trabalhador da Petrobrás não tem perspectivas de chegar ao topo da carreira dele. A disparidade entre o PCAC e o PCR aprofunda ainda mais essa situação”, afirma o diretor da FUP, Tezeu Bezerra, reforçando o alerta de que a efetividade da luta por um plano de cargos justo para todos vai depender do grau de mobilização da categoria.

## Sindicato discute denúncias com gerência da Regap

As denúncias encaminhadas pelo Sindipetro/MG sobre descumprimentos de direitos trabalhistas pelas empresas contratadas da Regap foram um dos principais temas da reunião local de SMS e RH, ocorrida em 10 de julho. Sobre a jornada dos trabalhadores da FSFX a empresa ascatou o pedido do Sindicato de implementação de uma tabela alternativa à jornada 12x36, e será adotada uma escala de 12 horas do tipo 4x4. No caso da empresa Green, também houve solução quanto à cobrança do Sindipetro/MG, com a previsão de aditivo contratual (21/07) para extensão do plano de saúde e odontológico para os dependentes dos seus empregados.

A Regap segue com problemas constantes e graves envolvendo contratos de prestação de serviços. Foram cobradas providências imediatas de solução para os recorrentes atrasos de salários e outras verbas trabalhistas aos trabalhadores da

HOCM e QWS - Inspeção e Serviços. A Petrobrás se comprometeu a realizar o pagamento de valores aos contratados.

O Sindicato também cobrou o fornecimento de EPI adequado para as baixas temperaturas. A resposta da gerência é que a demanda será avaliada pelo SMS e pela fiscalização dos contratos. Sobre uma solução para a baixa qualidade de botas e luvas fornecidas aos empregados próprios da Petrobrás, foi dito que a situação está sendo acompanhada pelo SMS para novas aquisições.

A empresa trouxe esclarecimentos sobre denúncias envolvendo outras empresas, como Vix, Ektor, Engemon e Martins. “Não podemos normalizar que a maior empresa da América Latina mantenha contratos precários e permita atraso de salários e benefícios nas suas unidades, enquanto os acionistas comemoram seguidos lucros bilionários”, opina o diretor do Sindipetro/MG, Rafael Sousa.

## Não às escolas militarizadas do Zema!



Os trabalhadores da educação tiveram uma vitória contra o governo Romeu Zema (Novo) que quer ampliar o Programa das Escolas Cívico-Militares em Minas Gerais de 9 para mais de 700 escolas estaduais. Após forte resistência de trabalhadores e parlamentares, foram canceladas as assembleias em que a comunidade escolar (profissionais de educação, alunos e familiares) ia decidir sobre a adesão ao programa.

No dia 10 de julho, aconteceu uma audiência pública sobre o tema na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), aberta pela presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ALMG, deputada Beatriz Cerqueira (PT), que

criticou principalmente o prazo de 15 dias definido pela Secretaria de Estado de Educação (SES) para a votação não secreta da comunidade escolar sobre a inclusão da escola no programa.

“A cultura militarizada não representa mais disciplina. Ao contrário, é autoritária e baseada no medo, condição que não pode estar associada à educação”, opina o diretor do Sindipetro/MG e da CUT Minas, Cristiano Almeida.

Para o representante do Sind-UTE, Luiz Fernando Oliveira, o programa do governo viola o princípio de igualdade da educação pública, ao criar duas classes de escolas, uma militarizada, com mais recursos e estrutura, e outra sem.